

GOVERNO ESTADUAL

Projeto de Covas para Saúde vai à votação

Assembléia decide esta semana se iniciativa privada pode ser administradora dos novos hospitais públicos

REGINA TERRAZ

Os deputados estaduais devem votar esta semana um projeto do governo paulista que prevê a administração dos novos hospitais públicos do Estado pela iniciativa privada. A proposta será um dos destaques da campanha de Mário Covas à reeleição.

O projeto, que tramita na Assembléia em regime de urgência, servirá inicialmente para que os nove hospitais estaduais que estão em fase final de construção sejam administrados por organizações sociais privadas ligadas à área de saúde, como é o caso das Santas Casas, algumas delas interessadas na concessão. Se transformada em lei, porém, a proposta poderá valer também para outros estabelecimentos de saúde que venham a ser inaugurados no Estado.

Essa foi a alternativa encontrada por Covas para, em época de campanha eleitoral, garantir o funcionamento imediato dos nove hospitais que serão inaugurados ainda este ano, oito deles na periferia da Capital e um em Sumaré, região de Campinas. Segundo a Secretaria de Saúde, serão postos à disposição da população 2.080 novos leitos.

Para torná-los ativos, Covas teria de contratar cerca de 15 mil funcionários, quase 15% dos 90 mil servidores da Secretaria de Saúde. A medida obrigaria o governador a desrespeitar a determinação da Lei Camata, que limita, a partir de 1999, o gasto dos Estados com o pagamento de pessoal em 60% da sua receita líquida. Além disso, contratar os novos servidores significaria



Covas: solução para não desrespeitar Lei Camata

um gasto de cerca de R\$ 15 milhões. Mas, só para terminar os hospitais, a Secretaria de Saúde está investindo cerca de R\$ 82 milhões. Outros R\$ 200 milhões ainda serão desembolsados para equipá-los.

Por meio do contrato de gestão com as organizações sociais, o governo transfere a tarefa de contratação de funcionários e administração dos hospitais para a iniciativa privada. "O governo Covas tem cons-

ciência de que precisa buscar alternativas de gestão da coisa pública, procurando melhorar a qualidade dos serviços por um custo menor", argumenta o deputado estadual Milton Flávio (PSDB), articulador político do projeto na Assembléia. Segundo ele, sem essa alternativa, o governo teria de achatar o salário dos servidores da saúde ou dispensar pessoal de outros hospitais pú-

blicos para contratar os novos servidores e manter o Estado dentro dos limites da Lei Camata.

Os tucanos asseguram que a medida não tem semelhança com o Plano de Assistência à Saúde (PAS), criado pelo adversário de Covas, o ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) para a Capital. Já o ex-prefeito acusa o governador de ter plagiado seu projeto.

Milton Flávio explica que, ao contrário do PAS, a adminis-

tração dos hospitais pelas entidades não tem fins lucrativos. Além disso, as organizações terão de ter "notória especialização" na área de saúde, com pelo menos cinco anos de atuação no setor. O deputado explica ainda que o grupo interessado terá de passar pelo crivo das Secretarias de Saúde e da Administração.

"Esse plano vai matar o PAS", garante o deputado tucano, que também é médico e foi diretor de hospital em Botucatu. Além do dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS), que será entregue às organizações sociais, o contrato de gestão prevê o repasse de verbas suplementares do Orçamento estadual. O percentual de recurso extra será estabelecido de acordo com a quantidade e qualidade do serviço prestado por cada hospital.

O deputado explica que não haverá pré-pagamento de serviços, como acontece no PAS do ex-prefeito. "Os pagamentos só vão ser feitos por serviços efetivamente prestados e comprovados."

ESTADO
TERÁ
2.080
NOVOS LEITOS